g

United Nations
Economic Commission for Africa

Distribuição: LIMITADA
E/ECA-SA/ICSOE/XXXII/2026/3

Novembro de 2026
Original: INGLÊS

Conjunto SSessão do Comité Intergovernamental de Altos Funcionários e Peritos (ICSOE) para a África Oriental e Austral

10 a 13 de novembro de 2026
Windhoek, Namíbia

Relatório

Condições Económicas e Sociais Recentes na África Austral em 2025 e Perspectivas para 2026

SECÇÃO 1: INTRODUÇÃO

1. Este relatório sobre*Condições sociais e económicas recentes na África Austral*é apresentado anualmente ao ICSOE da África Austral. Os seus objectivos são: (i) proporcionar aos Estados membros uma actualização sobre a situação social e económica da região; e (ii) oferecer recomendações sobre questões políticas importantes.

2. Representantes dos Estados-Membros e outras partes interessadas presentes noOs participantes na reunião conjunta da ICSOE para a África Oriental e Austral de 2026 são convidados a debater o relatório, incluindo os temas propostos para discussão, destacados na última secção. Por último, solicita-se aos representantes dos Estados-membros que partilhem dados atualizados sobre as condições socioeconómicas dos seus países para melhorar as análises futuras.

SECÇÃO 2: DESEMPENHO MACROECONÓMICO RECENTE E PERSPECTIVAS — UMA ANÁLISE DE 2025 E PROSPECTOS PARA 2026

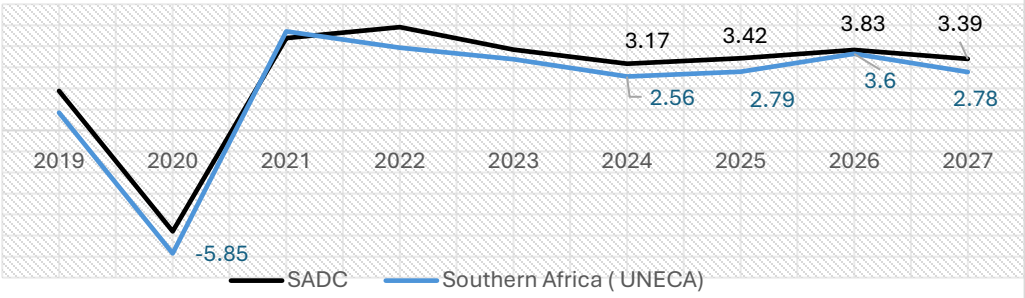
2.1 Crescimento económico: ritmo desigual em toda a sub-região

3. A Tabela 1 do Anexo e a Figura 1 mostram que o crescimento económico entre os países da África Austral variou amplamente em 2025, dependendo da dependência das matérias-primas, do espaço fiscal e do ritmo das reformas. O Zimbabué liderou com 8,5%, impulsionado pela melhoria da agricultura e pela estabilização do ZiG; e a Zâmbia beneficiaram do bom desempenho em sectores-chave, como a agricultura, e da subida dos preços do cobre, que subiram mais de 40% em 2025 e continuaram a subir em 2026, atingindo um recorde de mais de 14.200 dólares por tonelada em Agosto de 2026. Os sucessos na reestruturação da dívida também contribuíram para o crescimento da Zâmbia.

4. A contracção do PIB do Botswana, iniciada em 2024, continuou em 2025 devido à fraca procura de diamantes, e o crescimento de Moçambique diminuiu ligeiramente, uma vez que o ajustamento fiscal pesou sobre a actividade, mesmo com a expansão dos projectos de GNL. A África do Sul cresceu apenas 1,1%, limitando o ímpeto regional e o dos seus vizinhos da SACU. O crescimento médio entre os onze Estados-membros[1]Sob a égide da SRO-SA, o crescimento atingiu 2,8% em 2025, contra 3,4% para a SADC (Figura 1). Sustentar e acelerar este crescimento exige diversificação, reduzindo a dependência de uma única commodity, e um crescimento mais rápido na África do Sul. A sub-região registou o menor crescimento per capita do continente em 2025, reflectindo a limitada diversificação, a baixa produtividade agrícola, os défices de infra-estruturas e a baixa mobilização de recursos (AfDB, 2026a).

[1]Angola, Botswana, Essuatíni, Lesoto, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabué – colectivamente designados por sub-região ou África Austral neste relatório.

Figura 1: Africa Austral: crescimento real do PIB (%)

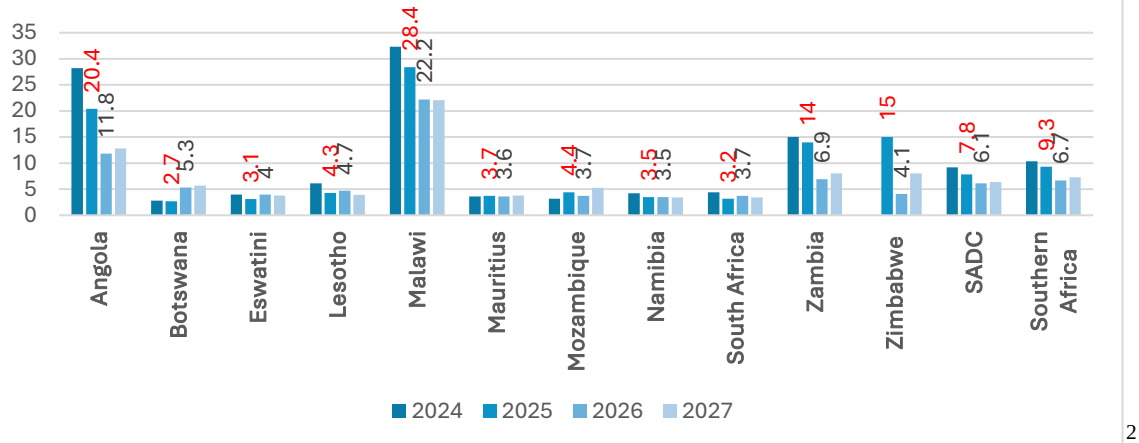


Fonte: Dados de 2027, e todos os dados referentes às Comores, são do FMI, base de dados Perspectivas da Economia Mundial, abril de 2026. Os dados de 2019 a 2026 são dos Estados-Membros da SADC. Os dados da SADC e do Sul são médias.

2.2 Evolução da inflação e da taxa de câmbio

5. O desenvolvimento marcante de 2025 foi uma forte desaceleração da inflação devido à melhoria das colheitas agrícolas, à queda dos preços globais dos alimentos e à maior estabilidade dos custos dos combustíveis; espera-se uma moderação adicional em 2026 (figura 2). A inflação média entre os onze Estados-membros da SRO-SA diminuiu de 10,38% em 2024 (dez países, excluindo o Zimbabué, para os quais não existem observações comparáveis disponíveis) para 9,34% em 2025 e está projetada em 6,68% em 2026. As médias correspondentes dos dezasseis membros da SADC, incluindo as Comores, foram de 9,18%, 7,83% e 6,09%, respetivamente. A tabela 1 apresenta médias da SADC ligeiramente diferentes (9,5%, 8,1% e 6,3%) porque abrange quinze países e exclui as Comores. Oito dos dez Estados-membros da SRO-SA com observações tanto em 2024 como em 2025 registaram uma inflação mais baixa; As Maurícias e Moçambique foram as exceções. A inflação registada no Zimbabué diminuiu de 29,4% em 2023 para 15% em 2025, com uma projecção de 4,1% para 2026. No entanto, não existe uma observação comparável para 2024, após a introdução do ZiG, e a série histórica cruza uma variação cambial. O Zimbabué não pode, por isso, ser creditado pela queda regional entre 2024 e 2025: está excluído da média de 2024, embora a sua inflação em 2025 tenha superado a média sub-regional. A queda entre 2024 e 2025 foi impulsionada sobretudo por Angola e pelo Malawi.

Figura 2: Africa Austral: inflação, 2024-2027



[2]

Fonte: Dados de 2027, e todos os dados referentes às Comores, são do FMI, base de dados Perspectivas da Economia Mundial, abril de 2026. Os dados de 2019 a 2026 são dos Estados-Membros da SADC. Os dados da SADC e do Sul são médias.

6. Embora se projecte que a inflação diminua em 2026, as condições potencialmente mais secas associadas à época do El Niño de 2026/27 poderão afetar as colheitas agrícolas e renovar as pressões sobre os preços dos alimentos. Os défices orçamentais e as elevadas obrigações com o serviço da dívida podem também aumentar a pressão inflacionista, particularmente onde os empréstimos do banco central ao governo expandem a liquidez ou onde o endividamento interno substancial mina a confiança nas políticas orçamental e monetária. Este efeito não é automático e depende do financiamento do défice e do quadro monetário; pode ser mais limitado sob metas de inflação credíveis ou taxas de câmbio fixas, incluindo as da Área Monetária Comum. A Tabela 1 indica que o crédito do banco central ao governo ultrapassou o limite de convergência de 5% em 2025 no Malawi (31,7%), Eswatini, Moçambique e Angola.

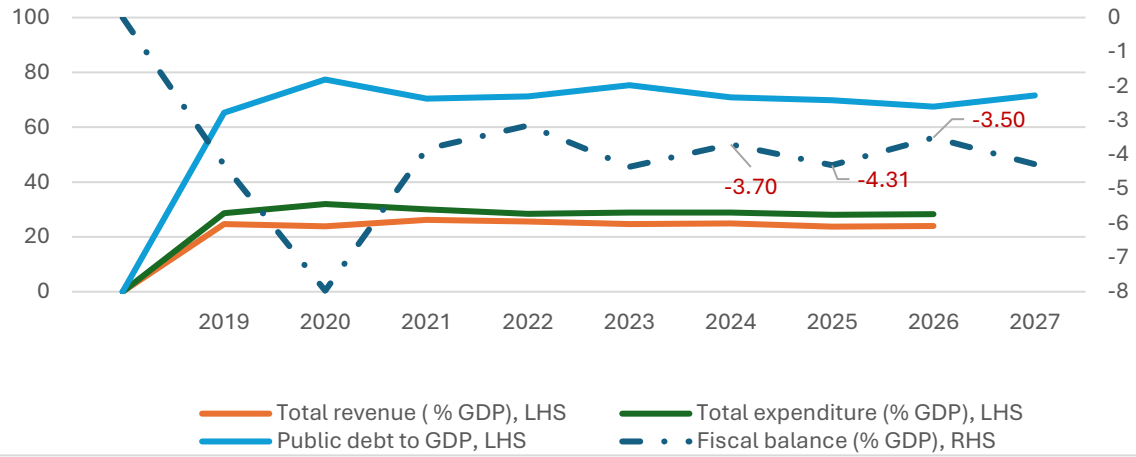
7. As taxas de câmbio divergiram acentuadamente entre as onze economias em 2025-2026, impactadas por perturbações geopolíticas globais, flutuações nos preços das matérias-primas, alterações nas políticas monetárias internas e reformas estruturais e fiscais cruciais. O rand e as moedas da Área Monetária Comum valorizaram, passando de uma média de R18,33/US$ em 2024 para cerca de R16,10/US$ em agosto de 2026, enquanto o kwacha zambiano apreciou de K26,17/US$ para cerca de K19,05/US$ em agosto de 2026, impulsionado pelos elevados preços do cobre.[3]A pula e o metical mantiveram-se relativamente estáveis, enquanto o kwanza angolano e o kwacha malawiano continuaram a desvalorizar, passando de Kz 869,9/US$ e MK1.730,4/US$ em 2024 para uma projeção de 927,3 e 1.750/US$, respetivamente.[4]O Zimbabué do Zimbabué tem-se mantido relativamente estável recentemente, oscilando entre os 25,3/US$ e os 26,7/US$ até meados de 2026.

[2]A Figura 2 abrange dezasseis membros da SADC, incluindo as Comores; a Tabela 1 abrange quinze. O Zimbabué foi omitido da média SRO-SA 2024 porque não existem dados de inflação comparáveis disponíveis. Assim sendo, as variações nas médias regionais devem ser interpretadas tendo em conta estas diferenças de abrangência.
[3]Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Base de Dados Socioeconómica. Acesso em agosto de 2026.
[4]Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Base de Dados Socioeconómica. Acesso em agosto de 2026.

2.3 Política orçamental e dinâmica da dívida pública

8. A consolidação orçamental progrediu lentamente, uma vez que os enormes défices orçamentais continuaram a ser impulsionados pelo aumento dos custos do serviço da dívida pública, pelos severos impactos climáticos, por uma acentuada redução da ajuda internacional e por estrangulamentos económicos estruturais. O Malawi registou o maior défice; o Lesoto apresentou um excedente nas transferências da SACU; e a África do Sul continuou com défices consideráveis no meio do aumento dos custos do serviço da dívida (quadro 1). O saldo orçamental médio situou-se em -4,3% do PIB em 2025, reduzindo-se para uma projeção de -3,5% em 2026.

Figura 3: Panorâmica orçamental e dinâmica da dívida pública



Fonte: Estados-Membros da SADC/FMI, base de dados - Perspectivas da Economia Mundial, Abril de 2026

9. A dívida pública manteve-se elevada devido à lenta recuperação económica pós-pandemia, aos elevados custos globais dos empréstimos, aos choques climáticos recorrentes (como as secas) e aos défices orçamentais estruturais. A dívida pública média em toda a sub-região tem oscilado acima ou perto do tecto de convergência da SADC, com vários Estados-membros (Zâmbia, Maurícias, Malawi, África do Sul, Moçambique e Namíbia) a ultrapassarem significativamente o limite dos 60% do PIB (quadro 1 e figura 3).

10. Os esforços dos Estados-Membros para estabilizar e, eventualmente, reduzir a dívida pública são dignos de nota. Por exemplo, a Zâmbia continua a reduzir o seu endividamento após a reestruturação do Quadro Comum do G20 e reforçou os esforços de mobilização de receitas internas, incluindo através do Autocarro de Serviço Governamental (GSB).[5], que integrou 380 serviços governamentais até 2025 e possibilitou o rastreamento digital em tempo real de transações públicas. Além disso, Angola está a amortizar agressivamente os empréstimos garantidos pelo petróleo, recomprando proactivamente

[5]O GSB é a plataforma digital nacional que integra todos os ministérios, departamentos e agências governamentais para oferecer serviços eletrónicos centralizados. Implementada pelo Instituto SMART Zambia, elimina a burocracia e as longas filas de espera presenciais, permitindo aos cidadãos, empresas e estrangeiros solicitar, acompanhar e pagar serviços públicos online.

obrigações e cumprindo as directrizes impostas pela Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas (quadro 1).

11. Moçambique planeia reduzir o peso do serviço da dívida pública para 5,9% do PIB até 2029, face à estimativa de 7,5% do PIB em 2025 e 2026, como parte dos planos para conter o endividamento e priorizar o financiamento em condições mais favoráveis. Até março de 2026, Moçambique liquidou integralmente entre 630 milhões e 700 milhões de dólares americanos da sua dívida pendente junto do FMI, antes do prazo previsto para 2031, zerando assim o seu saldo credor e protegendo o balanço do banco central.

12. Por último, a África do Sul deu prioridade à manutenção de um excedente orçamental primário (quando as receitas excedem as despesas não relacionadas com juros). O excedente reduz as necessidades de financiamento do governo, mas ainda não é suficiente para cobrir a totalidade dos juros: o saldo orçamental global manteve-se deficitário em -4,5% do PIB em 2025, pelo que o governo ainda contrai empréstimos para cobrir parte dos pagamentos de juros (quadro 1). Como resultado, a dívida pública continuou a aumentar, passando de 77,0% do PIB em 2024 para 78,9% em 2025, e a projeção é de que diminua para 77,3% apenas em 2026. A capacidade do excedente primário para reduzir o rácio de endividamento dependerá da manutenção dos custos de empréstimo abaixo do crescimento nominal do PIB, que se mantém fraco, na ordem de 1% em termos reais. Dependerá também da limitação das pressões extra-orçamentais, como o apoio às empresas estatais e o efeito da depreciação do rand sobre a dívida em moeda estrangeira. Além disso, o país está a consultar e a formalizar uma âncora orçamental baseada em princípios e regras numéricas para tornar os limites da dívida jurídica e operacionalmente vinculativos.

13. De um modo geral, a melhoria da sustentabilidade da dívida continua a ser uma das principais prioridades políticas, apesar dos primeiros sinais de que os níveis de endividamento regional estão a começar a estabilizar. A Zâmbia e Moçambique oferecem experiências contrastantes sobre a forma como os países estão a lidar com o elevado endividamento. A Zâmbia utilizou uma reestruturação coordenada a nível internacional no âmbito da Estrutura Comum do G20, o que ajudou a reduzir a sua dívida pública de 104% do PIB em 2024 para uma projecção de 78,3% em 2026. O seu serviço da dívida desceu de 30,5% para 20,9% das exportações entre 2023 e 2025 (quadros 1 e 2). Moçambique, por seu lado, recorreu a medidas próprias, como o pagamento antecipado de obrigações junto do FMI e planos para reduzir o serviço da dívida. O seu rácio de endividamento está a diminuir mais gradualmente, de 71,8% para 65,5% do PIB, enquanto o seu serviço da dívida aumentou de 15,4% para 25,9% das exportações entre 2023 e 2026. O aumento dos custos do serviço da dívida está cada vez mais a reduzir as despesas com o desenvolvimento nas economias mais endividadas, reforçando a necessidade de uma consolidação orçamental sustentada, juntamente com uma mobilização mais profunda das receitas internas.

2.4 Desenvolvimentos do Sector Externo

14. A posição externa da África Austral enfraqueceu moderadamente em 2025, impulsionada principalmente pelas substanciais necessidades de importação de GNL de Moçambique: o défice da balança corrente aumentou para cerca de 13,2% do PIB em 2025, face a 11,3% em 2024 (quadro 1), sendo o défice não relacionado com megaprojectos estimado em 11,8%.[6]Em contraste, o défice da África do Sul foi moderado, reduzindo-se para cerca de 0,5% do PIB, face a 0,7% (quadro 1). Prevê-se que o défice sub-regional aumente ainda mais, para 0,9% em 2026 e 2,2% em 2027 (AfDB, 2026a), impulsionado por choques energéticos e de oferta com utilização intensiva de importações, importações de capital para megaprojectos (Namíbia, Moçambique), contratempos climáticos e agrícolas, desempenho divergente das commodities e fluxos financeiros restritos.

15. O investimento direto estrangeiro caiu de 43 mil milhões de dólares em 2021 para 8,5 mil milhões de dólares em 2023, antes de recuperar para 11,6 mil milhões de dólares em 2024, devido à retoma dos investimentos nas indústrias extrativas de Moçambique, Namíbia e Zâmbia, mesmo com a queda dos fluxos da África do Sul e o registo de fluxos negativos em Angola. As remessas aumentaram para 6,8 mil milhões de dólares em 2024, impulsionadas pelo Zimbabué (AfDB, 2026a).

16. As reservas de segurança apresentam um panorama misto. Em meses de importações, as Maurícias detinham a maior cobertura (11,1 a 14,1 meses, 2023–2025), enquanto a África do Sul reduziu para 5,7 meses e a Namíbia para 3,3 meses; as reservas da Zâmbia fortaleceram-se para 4,8 meses, com a recuperação das receitas com o cobre (quadro 1). O Malawi e o Zimbabué registaram as reservas mais fracas, com 0,5 e 0,6 meses, respetivamente, enquanto Moçambique melhorou para 3,7 meses (quadro 1). Os países com bases de exportação mais estreitas e com uma maior dependência de combustíveis importados continuam a ser os mais expostos a uma maior erosão das reservas, caso as condições de financiamento se tornem mais restritivas.

2,5 Política monetária

17. Com a moderação da inflação, muitos bancos centrais adotaram posturas mais acomodativas durante o ano de 2025 (quadro 3). Moçambique reduziu a sua taxa de juro diretora para 9,2% em janeiro de 2026, face aos 12,7% de 2024, enquanto Angola realizou o seu primeiro corte de juros desde 2023, reduzindo a taxa de referência de 19,5% para cerca de 19% em setembro de 2025 e continuando a flexibilizar a política monetária em 2026. O Zimbabué e o Malawi mantiveram as taxas de juro diretoras em níveis historicamente elevados durante a maior parte 2025, em 35% e 26%, respetivamente, refletindo a contínua cautela em relação à estabilidade da moeda, mesmo com a queda da inflação geral.

18. O Botswana foi a exceção à tendência de flexibilização monetária da região, elevando a sua taxa de juro diretora em 160 pontos base, para 3,5%, em outubro de 2025, com o objetivo de apoiar o pula e limitar a inflação importada. Já o Banco Central da África do Sul reduziu a sua taxa diretora de 8,25% em setembro de 2024 para 6,75% em novembro

[6]FMI, Moçambique: Relatório da equipa para a Consulta do Artigo IV, 2025/2026.

de 2025, preservando a credibilidade do regime de metas de inflação. De um modo geral, as autoridades monetárias têm dirigido cada vez mais o seu foco do controlo da inflação para o apoio à recuperação económica, mantendo-se, no entanto, atentas a novos choques externos de preços.

2.6 Perspetivas para 2026 e riscos

19. A projeção para 2026 prevê uma expansão moderada, uma desinflação contínua e uma dívida pública amplamente estável, embora os riscos possam enfraquecer este cenário. O mais imediato é a incerteza geopolítica resultante do conflito entre os Estados Unidos e o Irão e das interrupções no Estreito de Ormuz: os preços mais elevados do petróleo fizeram subir os custos dos combustíveis e dos transportes, renovando a pressão inflacionista. Angola beneficia por ser um exportador líquido de petróleo, enquanto os importadores enfrentam custos crescentes e pressão sobre as reservas. Aumentos sustentados dos preços do petróleo podem elevar a inflação regional em 1 a 3 pontos percentuais e os custos de importação em 10 a 25%, sendo Madagáscar, Malawi e Zimbabué os países mais vulneráveis (AfDB, 2026a).

20. Outros riscos incluem a dependência da volatilidade dos preços das matérias-primas (cobre, petróleo, diamantes) e o crescimento baixo e prolongado da África do Sul, que restringe os países vizinhos da SACU através de ligações comerciais e fiscais. A sustentabilidade da dívida continua a ser uma preocupação particular em Moçambique e no Malawi (Quadro 1). O principal desafio é traduzir a desinflação em investimentos mais robustos, criação de emprego e crescimento inclusivo, ao mesmo tempo que se salvaguardam estes ganhos. A principal restrição da região não é a escassez de capital, mas a capacidade limitada de mobilizar recursos em grande escala, o que resulta num fosso de financiamento estimado em cerca de 55 mil milhões de dólares anuais até 2030 (AfDB, 2026a). Para a sanar, é necessário aprofundar os mercados de capitais, mobilizar os ativos de pensões e de seguros — concentrados na África do Sul, na Namíbia e no Botswana — e expandir o financiamento misto e as parcerias público-privadas.

SECÇÃO 3: INDUSTRIALIZAÇÃO, FABRICAÇÃO, ACESSO À ENERGIA E MINERAIS CRÍTICOS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA ÁFRICA AUSTRAL

3.1 A industrialização na África Austral

21. O sector industrial da África Austral está a sofrer uma transformação impulsionada pela procura de cadeias de valor regionais e pelo esforço para implementar as aspirações da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC. A África do Sul introduziu recentemente reformas estruturais nos sectores da energia e da água, estabelecendo a Companhia Nacional de Transmissão da África do Sul em 2024 para estabilizar o fornecimento de energia à indústria e abrir a participação do sector privado na rede eléctrica.[7]Angola também intensificou o seu foco em parques industriais rurais, Zonas

[7] https://www.go15.org/2024/07/24/eskom-transmission-becomes-ntcsa-national-transmission-company-south-africa/

Económicas Especiais (ZEEs) dedicadas e zonas de comércio livre para acelerar a fabricação não petrolífera e a capacidade de processamento local em diversas mercadorias.

22. A Zâmbia iniciou um Projecto Integrado de Paisagem Florestal.[8]que prioriza a silvicultura local, o processamento de madeira e as agroindústrias de valor acrescentado para consolidar a diversificação económica e reduzir a dependência das exportações de cobre. A Namíbia e a África do Sul continuam a avançar no desenvolvimento de corredores de infraestruturas de hidrogénio verde e de projetos de geração de energia limpa, concebidos para fornecer inputs energéticos com emissões zero às zonas industriais nacionais. De um modo geral, o processamento de alimentos e bebidas, o ferro básico, o aço e os minerais e o fabrico de metais continuam a ser os principais pilares da produção industrial da África Austral, seguidos pela montagem automóvel e pelo processamento de produtos químicos.

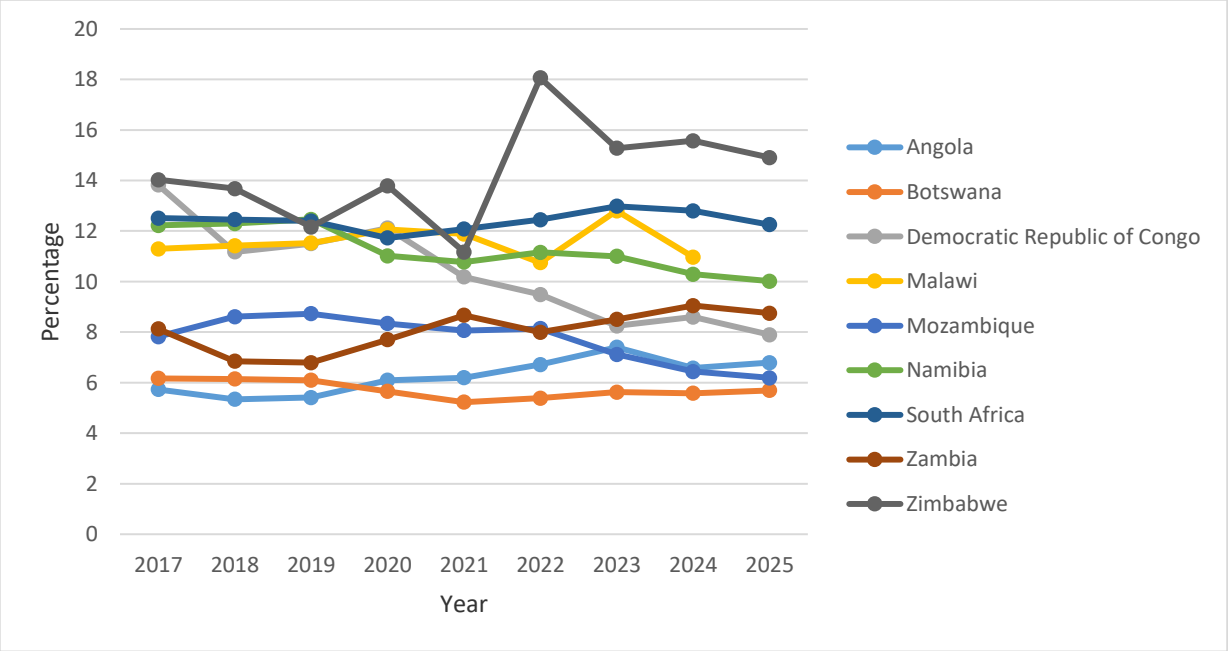
3.2 O setor da indústria transformadora sub-regional

23. A África Austral está cada vez mais a aproveitar a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) para fazer a transição de mercados nacionais fragmentados para cadeias de valor regionais (CVRs) integradas, alavancando as commodities minerais e agrícolas. O Zimbabué recebeu recentemente 1,4 mil milhões de dólares em novos investimentos através da expansão das Zonas Económicas Especiais (ZEEs). Estes esforços são reforçados pela Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC (2015-2063), que fornece o quadro para a sincronização das cadeias de valor entre os Estados-membros. A revitalização da Mulungushi Textiles, na Zâmbia, demonstra o desejo do país em impulsionar a agenda da indústria transformadora e da industrialização. Apoiada por um investimento conjunto de 140 milhões de dólares entre a Zâmbia e a China, a fábrica modernizada foi oficialmente reinaugurada em Abril de 2026 para revitalizar o sector têxtil nacional, criando mais de 500 postos de trabalho directos e apoiando milhares de produtores locais de algodão.

24. A região está a iniciar projetos de cooperação de alto nível concebidos para alavancar a transição energética global. A iniciativa Veículos Elétricos a Bateria entre a RDC e a Zâmbia, uma estratégia colaborativa para estabelecer uma Zona Económica Especial (ZEE) transfronteiriça para a produção de precursores de baterias, integrando eficazmente o cobalto da RDC e o cobre da Zâmbia numa cadeia de abastecimento localizada, é uma dessas abordagens às cadeias de valor transfronteiriças. No entanto, a quota de valor acrescentado da indústria transformadora continua baixa na região, variando entre 5% no Botswana e 15% no Zimbabué em 2025 (figura 4).

Figura 4: Valor Acrescentado da Indústria Transformadora (% do PIB)

[8] https://ziflp.org.zm/



Fonte: O nosso mundo em dados[9]

3.3 Energia na África Austral

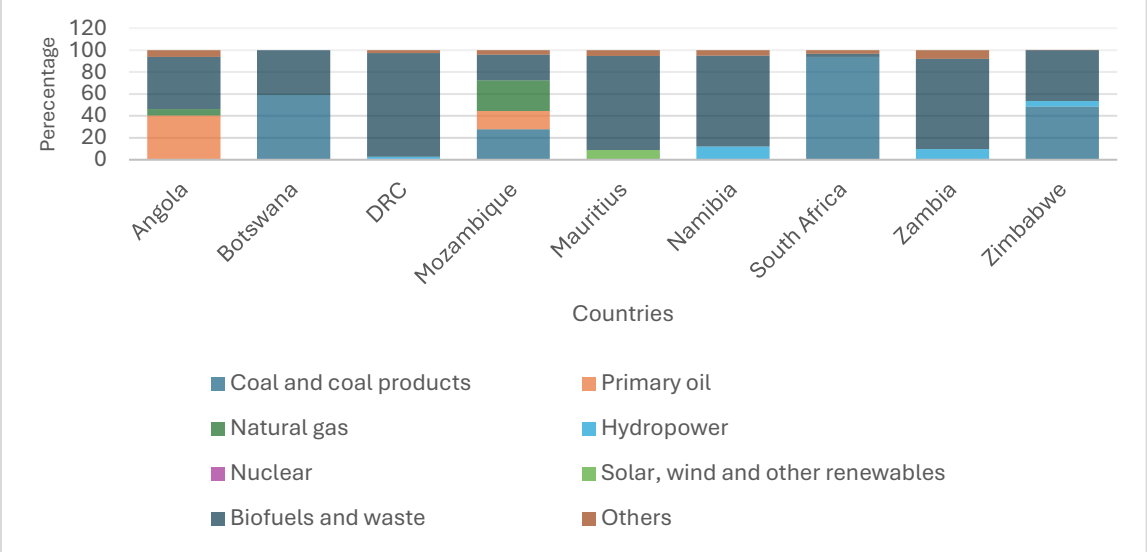
25. O panorama energético da África Austral continua fortemente inclinado para os combustíveis fósseis e para as fontes de energia tradicionais, criando um estrangulamento significativo para o crescimento industrial verde (Figura 5). Embora Angola seja um grande produtor de petróleo, a maior parte da sua produção é exportada. O petróleo representa cerca de 35% do seu fornecimento total de energia, contra 59% de energias renováveis, principalmente biomassa tradicional (IRENA, 2022), e a energia hidroelétrica fornece cerca de 73% da sua eletricidade. A sua exposição aos preços do petróleo decorre, portanto, principalmente dos combustíveis para os transportes e das receitas públicas, e não dos custos da energia industrial. Em contrapartida, o Botswana, a África do Sul, Moçambique e o Zimbabué dependem fortemente do carvão, enquanto a República Democrática do Congo, a Namíbia e a Zâmbia dependem sobretudo de biocombustíveis e resíduos (Figura 5). A energia gerada a partir do carvão, especialmente na África do Sul, é, portanto, a principal fonte de intensidade de carbono na indústria transformadora regional, o que poderá dificultar as exportações para a União Europeia ao abrigo do seu Mecanismo de Ajustamento de Carbono nas Fronteiras.

26.º Para mitigar estes défices energéticos, o Sistema Energético da África Austral (SAPP, na sigla em inglês) tornou-se o principal mecanismo de integração regional no sector energético, facilitando o comércio transfronteiriço de energia para satisfazer as necessidades. O investimento em interligações é crucial para expandir a rede elétrica. A interligação Angola-Zâmbia, um projecto estratégico de transmissão concebido para desbloquear a capacidade de geração excedente de Angola e canalizá-la para a rede do

[9] https://ourworldindata.org/grapher/manufacturing-value-added-to-gdp?tab=line&country=ZMB~COD~MWI~MOZ~AGO~NAM~BWA~ZWE~ZAF&mapSelect=ZMB~COD~MWI~MOZ~AGO~NAM~BWA~ZWE~ZAF&overlay=download-data.

SAPP, é um dos elos que falta na infra-estrutura de comercialização de electricidade na África Austral. Ao estabelecer uma ligação directa entre estes dois países, o projecto melhora significativamente a segurança energética regional, proporcionando um apoio vital aos sectores mineiro e transformador da Zâmbia e criando simultaneamente um mercado mais vasto para as exportações de energia de Angola.

Figura 5: Matriz energética da África Austral (produção interna), 2024

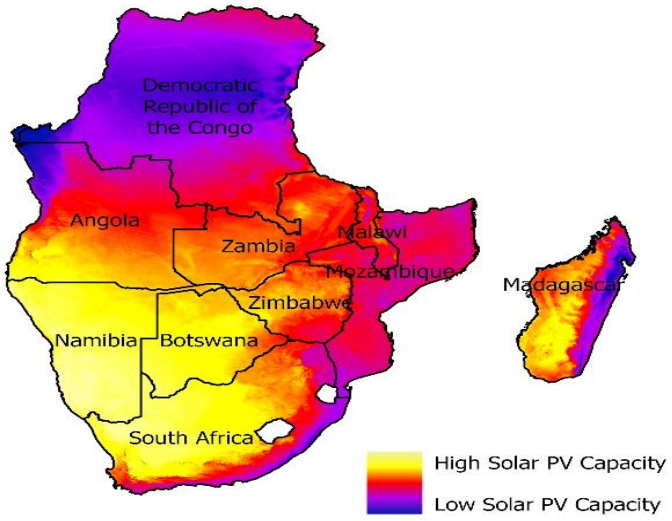


Fonte: Base de dados da AIE, 2026

27. A África Austral está a passar por uma rápida transição para a energia limpa, ancorada por iniciativas marcantes à escala dos serviços públicos. A região alberga mega centrais solares e tem capacidade solar (figura 6). A sub-região tem um dos maiores potenciais de energia solar do mundo, particularmente na Namíbia, Botswana, África do Sul e sul de Angola (figura 6). A implantação efectiva, no entanto, ainda capta apenas uma pequena parcela deste potencial e está concentrada em alguns grandes projectos. Entre estas, destacam-se a Central Solar e de Baterias de Kenhardt, na África do Sul, uma das maiores centrais híbridas de energia solar e de armazenamento do mundo, e a Central Solar de Chisamba, na Zâmbia, com uma produção de 200 megawatts (MW) após a entrada em funcionamento da sua segunda fase. Outros Estados-membros estão a seguir o exemplo. O Malawi inaugurou a central solar com armazenamento de energia de Golomoti em 2021 e um sistema de baterias autónomo de 20 MW/40 MWh em Lilongwe em julho de 2026. O Botswana iniciou a construção, em abril de 2026, de uma central solar de 500 MW com 500 MWh de armazenamento em baterias em Maun, e a Namíbia está a construir um sistema de baterias de 50 MWh na subestação de Omburu. Estas iniciativas ilustram uma mudança pragmática, reduzindo a forte dependência do carvão e da energia hidroeléctrica vulnerável à seca, em direcção a fontes renováveis resilientes e despacháveis.

28. Além disso, embora muitas nações da África Austral tenham historicamente dependido da energia hidroeléctrica em grande escala, a região está agora a diversificar agressivamente a sua matriz energética para mitigar os riscos de seca induzidos pelas alterações climáticas que ameaçam a capacidade hidroeléctrica existente.

Figura 6: Potencial de energia solar fotovoltaica[10]



Fonte*Atlas Solar Global*

3.4 Energia limpa e minerais críticos para a transição energética (CETMs) no Sul de África

29. A transição global para a energia limpa está a desencadear um aumento acentuado da procura de Energia Limpa e Minerais Críticos para a Transição Energética (CETMs), e prevê-se que este aumento ocorra entre 2025 e 2030 para vários minerais, como o cobre (de 27.817 kt para 31.440 kt), o cobalto (de 259 kt para 299 kt), o níquel (de 3.529 kt para 4.457 kt) e elementos de terras raras (de 93 kt para 116 kt), com a procura de lítio e grafite a aumentar ainda mais agressivamente, de 275 kt para 477 kt e de 5.778 kt para 8.650 kt, respetivamente.[11]

30. Esta crescente procura de metais preciosos e de transição (METs) oferece imensas oportunidades para a África Austral, principalmente devido aos seus vastos recursos subexplorados de cobalto, cobre, lítio, manganês, níquel, elementos do grupo da platina (EGP) e elementos de terras raras. A Figura 7 ilustra a concentração de instalações de exploração e mineração de METs em toda a África Austral (Padilla et al, 2021). No entanto, este crescimento, se não for acompanhado por políticas estratégicas deliberadas para reforçar o processamento interno, perpetuará a exportação de matérias-primas.

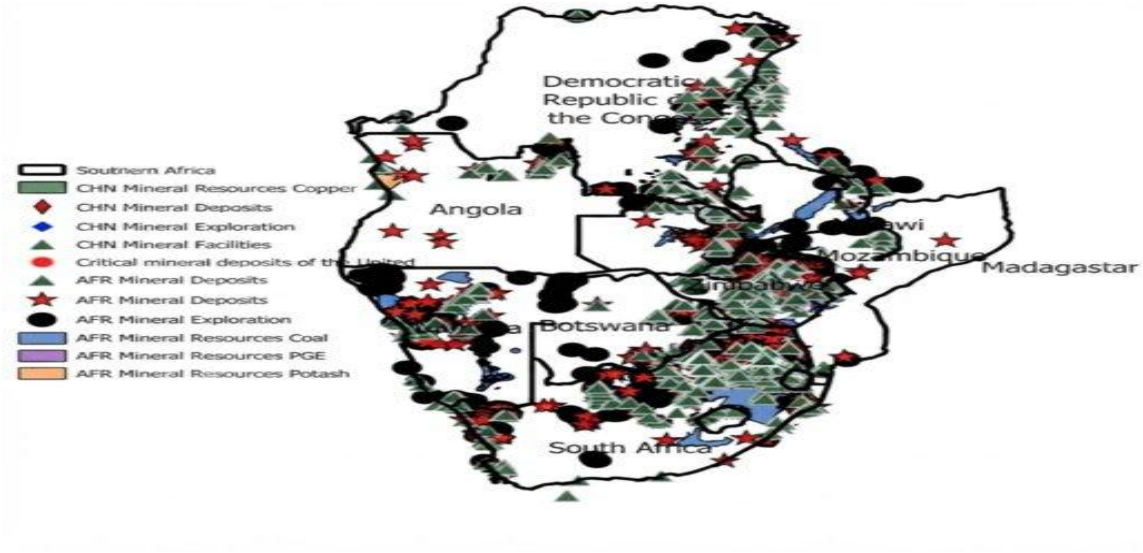
31. Para tirar o máximo partido dos benefícios da transição para as energias limpas, os Estados-Membros devem investir no mapeamento geológico para reduzir os riscos do sector, desenvolver um quadro político regional harmonizado para as CETM (Mecanismos Económicos e de Captura de Terras), investir no processamento e na agregação de valor e

[10] O mapa mostra o potencial de energia fotovoltaica (PVOUT), ou seja, a eletricidade que um sistema fotovoltaico poderia gerar por unidade de capacidade instalada (kWh/kWp), com base nas condições do recurso solar. Não mostra a capacidade fotovoltaica instalada ou em funcionamento; a expressão "Capacidade Fotovoltaica Alta/Baixa" na legenda deve ser interpretada como potencial de energia fotovoltaica alto/baixo.

[11] https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/critical-minerals-data-explorer

investir agressivamente em fontes de energia renováveis para colmatar o défice energético e apoiar a industrialização.

Figura 7: Localização de projectos críticos de minerais para a transição energética no Sul de África.



Fonte: Serviço Geológico dos EUA, 2026

SECÇÃO 4: COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

4.1 O Estado do Comércio Mundial de Mercadorias em 2025 e 2026

32. Apesar das tensões geopolíticas no Estreito de Ormuz, o comércio global apresentou um bom desempenho no primeiro trimestre de 2026. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), na sua atualização de julho/agosto, reporta um forte crescimento trimestral (T/T) no comércio global, de 4,8% nos bens e 1,6% nos serviços. Prevê-se que esta tendência se mantenha no segundo trimestre, prevendo-se que o crescimento trimestral do comércio de bens atinja os 6,4% e o dos serviços, os 2,1%. A maior parte do crescimento, no entanto, é impulsionada pela inflação dos preços, e não pelo volume. A Ásia Oriental foi o principal motor do crescimento, dominado pela República Popular da China e pela República da Coreia. Em África, o crescimento das importações situou-se acima da média mundial, enquanto o desempenho das exportações foi mais fraco (UNCTAD, 2026).

33. Com base nas estatísticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) relativas a 2025, as exportações de bens africanos cresceram em termos reais (em volume) 10,3% em 2025, superando a média mundial (4,7%), a Ásia (9,5%), a China (9,6%), a Índia (2,6%), os Estados Unidos (3,1%) e a América do Sul, Central e Caraíbas (3,2%). As exportações de cacau, café/chá, ouro e fertilizantes impulsionaram o crescimento real das exportações

de bens em África em 2025. As importações de bens também cresceram em termos reais em África, 8,7%, impulsionadas pelas importações de navios/barcos/estruturas flutuantes, veículos, gorduras animais/legumes e máquinas (OMC, 2026).

34. Globalmente, em 2025, o comércio de bens cresceu 7% em valor, totalizando 26.257 mil milhões de dólares, com os seguintes grupos de produtos a registarem o crescimento mais rápido: equipamento de escritório e telecomunicações (19%), outras máquinas (9%) e alimentos (7%), enquanto o comércio de combustíveis e produtos de mineração e produtos automóveis apresentou uma queda de valor. Em África, as exportações totais de bens foram de 689 mil milhões de dólares, um crescimento anual de 9,7%, com as importações a totalizarem 789 mil milhões de dólares, representando um crescimento anual de 9,4% (ver quadro 4). As exportações totais de bens da SADC para o mundo, em 2025, totalizaram 243,7 mil milhões de dólares, representando 35,4% das exportações do continente africano para o mundo. As importações da SADC provenientes do mundo totalizaram 255 mil milhões de dólares, ou 32,3% do total das importações de África.

Figura 8a: Crescimento das exportações de bens para o mundo em valor (2020-2025)
(Agrupamentos regionais selecionados)

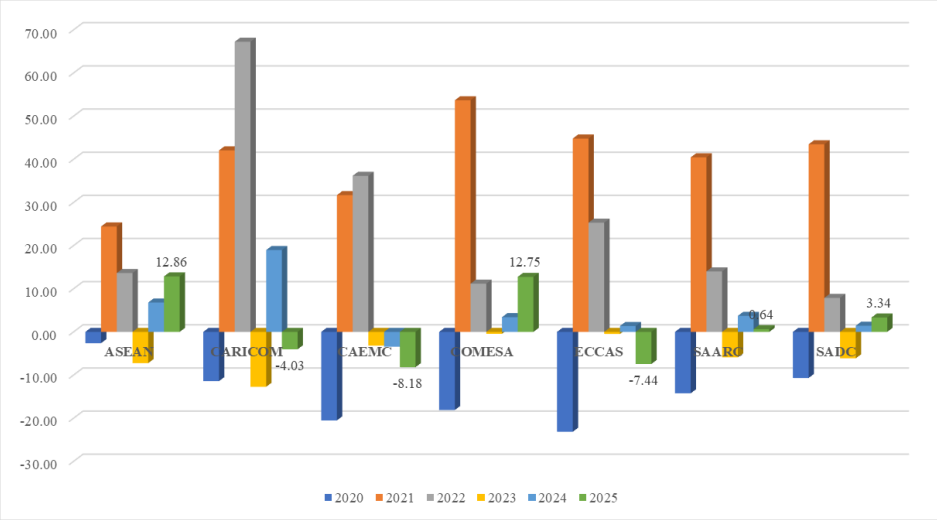
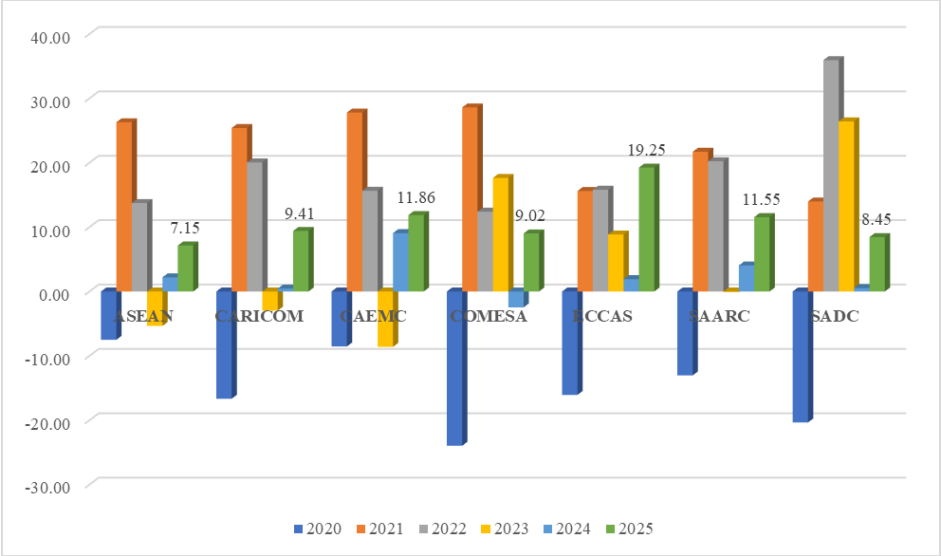


Figura 8b: Crescimento das importações mundiais de bens em termos de valor (2020-2025)
(Agrupamentos regionais selecionados)



FontePortal de Estatísticas da OMC (consultado em 14/09/2026).

35. A Figura 8a mostra o crescimento comparativo em termos de valor das exportações e importações de bens para agrupamentos regionais seleccionados.[12]Uma característica interessante é o forte crescimento das exportações de bens da COMESA (para o mundo) em 2025, em comparação com a SADC e outros agrupamentos regionais africanos, e até mesmo com grupos noutras partes do mundo (por exemplo, Sul da Ásia – SAARC e Caraíbas – CARICOM).

36. Uma análise mais aprofundada dos dados revela o forte crescimento das exportações de bens dos países da África Oriental, nomeadamente o Burundi (89,7%), as Comores (60%), a Etiópia (38,6%) e o Uganda (55,5%), impulsionando um forte crescimento das exportações de bens na COMESA em relação à SADC (Quadro 5). No seio da SADC, países como Angola, Lesoto, Malawi, Maurícias e Moçambique registaram uma contracção no comércio de mercadorias em 2025. Na COMESA, isso foi observado na Líbia, Madagáscar, Ruanda, Seicheles, Somália e Sudão. O que os países produzem e exportam é importante. Os países produtores de ouro e café beneficiaram da subida dos preços mundiais, o que resultou na expansão da produção.

4.2 Ponto de situação do comércio intra-africano de mercadorias na África Austral em 2025

37. A implementação do Acordo da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) continua a ganhar força. Angola validou a sua Estratégia Nacional para a AfCFTA em junho de 2026, com o apoio da Comissão Económica das Nações Unidas para África.

38. Entre os onze Estados-membros da SRO-SA, a quota do comércio com África em 2025 variou entre um mínimo de 13,9% em Angola, 16,7% nas Maurícias e 18,5% na África do Sul, até um máximo de 73% no Lesoto e 85,2% em Eswatini, com o comércio

[12]O portal de dados estatísticos da OMC não apresenta dados para a AMU, CEN-SAD, CEDEAO, EAC e IGAD.

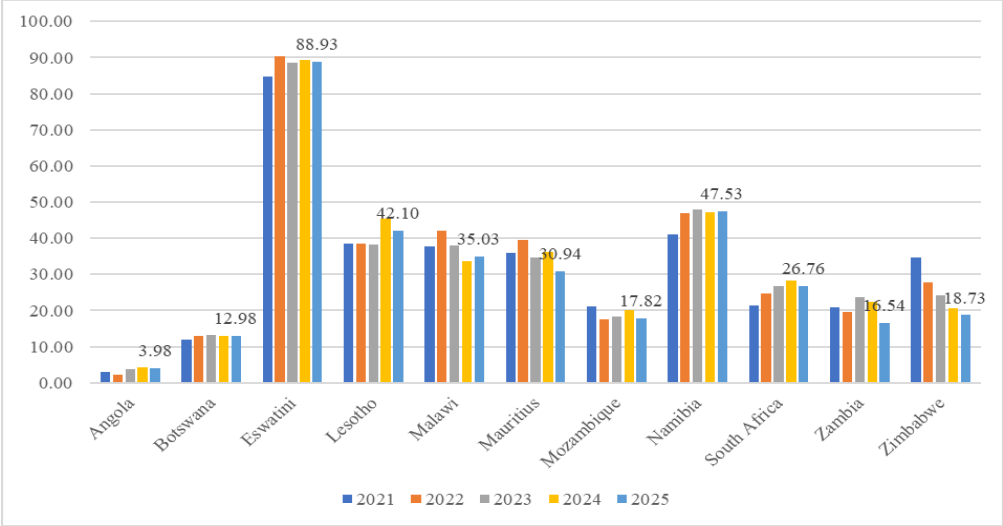
com a África do Sul a dominar os dois últimos parceiros comerciais. Em Eswatini, 69,5% das exportações africanas destinaram-se à África do Sul em 2025, enquanto 95% das importações foram provenientes daquele país. No Lesoto, os números comparativos foram de 96,6% e 97,7%, respetivamente. No Botswana, 79,0% das exportações africanas destinaram-se à África do Sul, sendo que a mesma percentagem se aplica à participação das importações africanas provenientes da África do Sul. No Zimbabué, 76,9% das exportações africanas entraram apenas na África do Sul e 79,9% das importações africanas tiveram origem na África do Sul (ver quadro 6).

39. O acompanhamento da evolução da participação do comércio intra-africano no comércio total desde a entrada em vigor do Acordo de Comércio Livre Continental Africano (AfCFTA) contribui para avaliar a eficácia da sua implementação no terreno. A Tabela 7 apresenta a participação das exportações e importações de bens intra-africanos no total das exportações e importações, por país da África Austral, ao longo do período de 1995 a 2025, enquanto a Figura 9 mostra a evolução anual destas participações desde o início das negociações no âmbito do AfCFTA, em Janeiro de 2021.

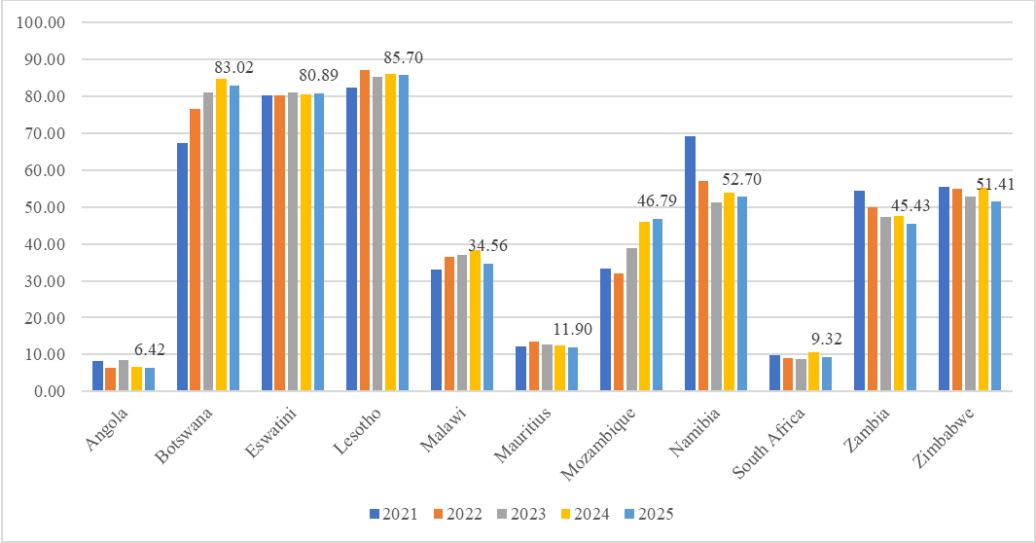
40. Os números revelam duas características principais. Em primeiro lugar, desde o início das negociações no âmbito da AfCFTA em Janeiro de 2021, a quota das exportações intra-africanas no total das exportações ainda não aumentou significativamente em nenhum país, tendo mesmo diminuído entre 2021 e 2025 no Malawi, Maurícias, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué. A quota de Angola mantém-se baixa, nos 3,98%, seguida do Botswana com 12,9%, Zâmbia com 16,5%, Moçambique com 17,8% e Zimbabué com 18,7%. Estas percentagens devem ser interpretadas com cautela: preços mais elevados das mercadorias vendidas principalmente fora de África, como o cobre, o petróleo e o ouro, podem reduzir a participação africana mesmo quando as exportações para África estão estáveis ou em crescimento. A tendência, contudo, é consistente com o estágio inicial de implementação da AfCFTA, que ainda enfrenta dificuldades devido a tabelas tarifárias incompletas, regras de origem pendentes e barreiras não tarifárias. Em segundo lugar, a quota das importações intra-africanas no total das importações é superior à quota das exportações intra-africanas no total das exportações na maioria dos países. Isto indica uma maior dependência dos mercados africanos para as importações do que para as exportações e realça a necessidade de a sub-região melhorar a sua competitividade nas exportações e diversificar as suas exportações para os mercados africanos.

Figura 9: Participação das exportações e importações de bens intra-africanos no sul África – 2021-2025

a. Participação das exportações de bens africanos no total das exportações de bens da África Austral



b. Participação das importações de bens africanos no total das importações de bens na África Austral



Fonte: UNCTADstats (consultado em 15/09/2026)

SECÇÃO 5: DESEMPREGO JUVENIL NA ÁFRICA AUSTRAL: DESAFIOS ESTRUTURAIS E RESPOSTAS POLÍTICAS

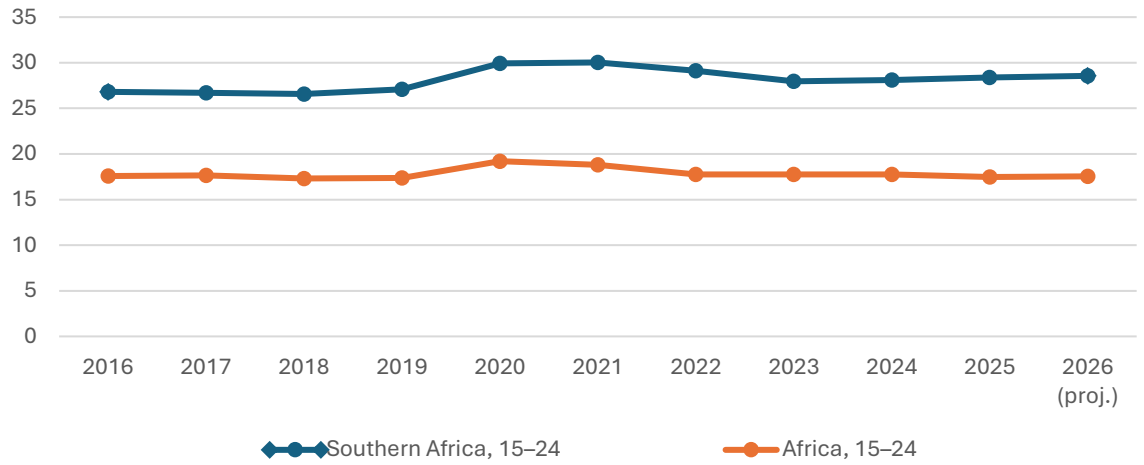
5.1 Mercado de trabalho jovem na África Austral: uma crise estrutural de emprego

41. O desafio do emprego juvenil na África Austral radica numa fragilidade estrutural mais vasta dos mercados de trabalho da sub-região, reflectindo uma procura insuficiente de mão-de-obra, e não apenas dificuldades restritas a quem procura o primeiro emprego. Nos onze Estados-Membros abrangidos pelo Gabinete Sub-regional da CEA para a África Austral (SRO-SA), a taxa média de desemprego entre os jovens dos 15 aos 24 anos subiu de 26,8% em 2016 para 28,4% em 2025, com uma projeção de 28,6% em 2026 (figura 10). O desemprego também se mantém elevado após a transição da escola para o trabalho, atingindo os 40,5% entre os jovens dos 25 aos 34 anos na África do Sul e os 44,4% em

Eswatini.[13]Na definição mais ampla de juventude da União Africana (15-35 anos), a sub-região representa cerca de 36% dos jovens desempregados de África, embora apenas albergue 14% da população jovem do continente (quadro 9, anexo).[14]

42. A taxa de desemprego jovem na sub-região manteve-se muito acima da média continental durante todo o período (figura 10). Subiu de 27,1% em 2019 para um pico de 30,0% em 2021, após o choque da COVID-19, e desde então diminuiu apenas parcialmente, para 28,4% em 2025. A média continental seguiu uma trajetória mais estável, atingindo um pico de 19,2% em 2020 antes de regressar a 17,5% em 2025. Como resultado, a diferença entre as duas aumentou de 9,2 pontos percentuais em 2016 para 10,9 pontos em 2025, sugerindo que o crescimento económico na sub-região não gerou emprego suficiente para absorver os novos entrantes no mercado de trabalho.

Figura 10: Taxa de desemprego de jovens (percentagem total da mão de obra)

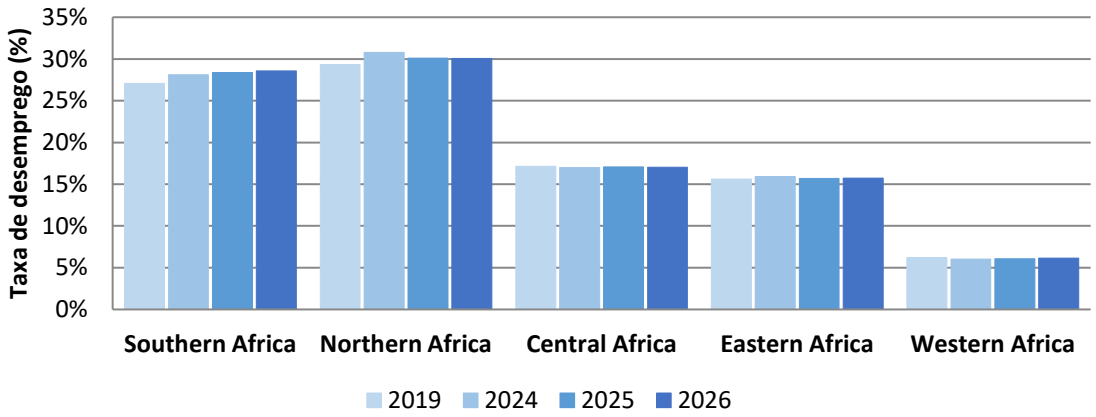


Fonte: Cálculos da equipa com base na Base de Dados Socioeconómica do AfDB, acedida em 22 de outubro de 2026. Nota: Médias simples das taxas nacionais para os onze Estados-membros da SRO-SA e para 53 países africanos (51 em 2025-2026); desemprego, total de jovens (% do total da força de trabalho), idades dos 15 aos 24 anos.

43. A Figura 11 mostra que o desemprego jovem na África Austral é elevado não só em termos absolutos, mas também em comparação com outras regiões. Em 2025, a taxa média da sub-região, de 28,4%, foi a segunda mais elevada de África, abaixo da África do Norte (30,1%), mas muito acima da África Central (17,1%) e da África Oriental (15,7%), e mais de quatro vezes superior à taxa da África Ocidental (6,1%). A África Austral é também a única região onde a taxa aumentou em todos os anos apresentados, passando de 27,1% em 2019 para uma projeção de 28,6% em 2026, enquanto as taxas na África Central, Oriental e Ocidental permaneceram praticamente estáveis e a taxa na África do Norte diminuiu desde 2024. O elevado desemprego jovem é, portanto, uma característica persistente dos mercados de trabalho da sub-região, e não um problema transitório temporário. Por outro lado, as baixas taxas na África Ocidental reflectem provavelmente a prevalência do trabalho informal, e não uma abundância de empregos.

[13]ILOSTAT, "Taxa de desemprego por sexo e idade (%)" (faixas etárias de dez anos), último inquérito nacional à força de trabalho disponível para cada país.
[14]Perspetivas do Emprego para a Juventude Africana 2026 (World Data Lab, Mastercard Foundation e UCT Development Policy Research Unit), Anexo 5.1, juventude definida como indivíduos entre os 15 e os 35 anos.

Figure 11: Taxa de desemprego nos jovens (percentagem total da massa laboral) por Região Africana, 2019–2026



Fonte: Cálculos da equipa com base na Base de Dados Socioeconómica do AfDB, acedida em 22 de outubro de 2026.
Nota: os valores regionais são médias simples das taxas nacionais para a faixa etária dos 15 aos 24 anos.

44. A pressão demográfica agrava o desafio. Estima-se que a população africana entre os 15 e os 35 anos ronde os 532 milhões, dos quais cerca de 74,8 milhões (14,1%) vivem nos onze Estados-membros da SRO-SA (quadro 9, anexo). Prevê-se que a população jovem do continente cresça mais 132 milhões até 2030, com cerca de 10 milhões de jovens africanos a entrar no mercado de trabalho anualmente, contra apenas cerca de 3 milhões de empregos formais criados por ano.[15]

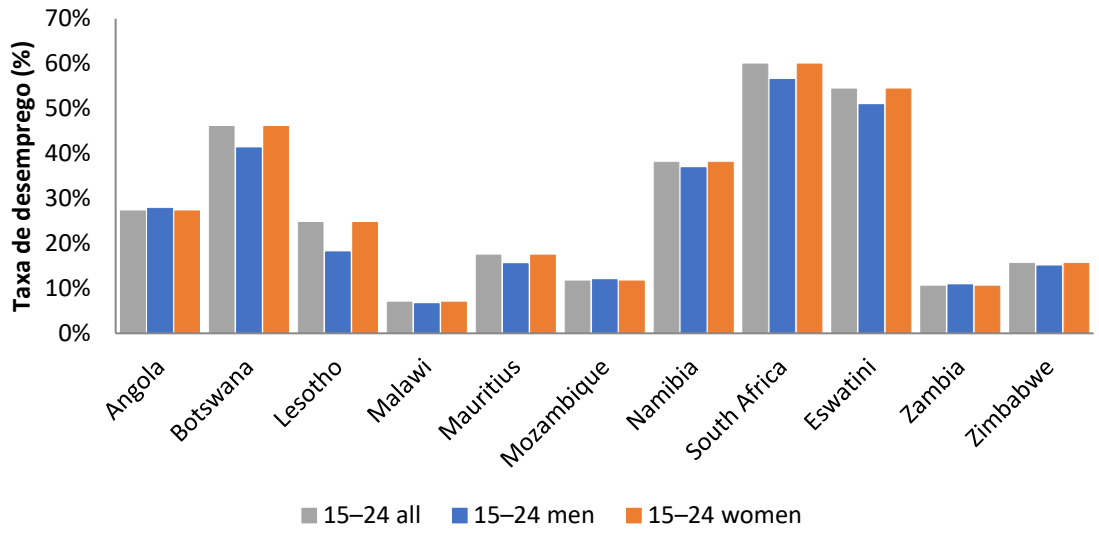
45. As evidências nacionais apontam para dois padrões gerais no mercado de trabalho (quadros 8 e 9, anexo). Na África do Sul, Eswatini, Botswana e Namíbia, o desemprego entre os jovens dos 15 aos 24 anos variou entre 38,0% e 59,9% em 2025, e menos de metade dos jovens dos 15 aos 35 anos estavam empregados (de 29,4% a 45,2%). Uma possível explicação é que, nestes mercados de trabalho relativamente formais, alguns jovens preferem disputar os escassos empregos formais em vez de aceitarem trabalhos informais; no entanto, os dados do desemprego por si só não comprovam esta hipótese, e as limitadas oportunidades no sector informal, a inadequação de competências e as barreiras geográficas à procura de emprego também podem contribuir para este cenário. No Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué, por outro lado, o desemprego jovem medido é muito mais baixo (de 6,9% a 15,5%) e as taxas de emprego são mais elevadas (de 50,6% a 69,2%), um padrão consistente com a absorção dos jovens por empregos informais ou vulneráveis. Angola situa-se entre os dois grupos, com uma taxa de desemprego jovem de 27,2% e uma taxa de emprego de 57,1%.

46. A exclusão do mercado de trabalho é também influenciada pelo género. Em 2025, as jovens dos 15 aos 24 anos enfrentavam taxas de desemprego mais elevadas do que os jovens do sexo masculino em oito dos onze Estados-Membros (figura 12 e quadro 8,

[15]Perspectivas do Emprego para a Juventude Africana 2026, Anexo 5.1, para estimativas populacionais; estimativas de entrada no mercado de trabalho e de criação de emprego formal, conforme citado no referido documento.

anexo). A maior disparidade foi observada no Lesoto, onde a taxa para as mulheres jovens (37,1%) é cerca do dobro da taxa para os homens jovens (18,1%), seguido pelo Botswana (51,7% contra 41,3%), África do Sul (64,1% contra 56,5%) e Essuatíni (57,7% contra 50,9%). Apenas em Angola, Moçambique e Zâmbia a taxa é ligeiramente superior para os homens jovens, cerca de um ponto percentual ou menos. A informalidade acrescenta uma camada adicional de vulnerabilidade para quem trabalha: o emprego informal entre os jovens empregados dos 15 aos 29 anos varia entre cerca de 71% em Essuatíni e mais de 90% no Botswana, Lesoto, Zimbabué, Angola e Zâmbia, com base nos dados mais recentes disponíveis.[16]Os programas que não monitorizam os resultados por sexo correm o risco de ignorar uma desvantagem que afecta mais as mulheres jovens.

Figura 12: Taxa de Desemprego Juvenil (idades entre 15–24) por sexo, (percentagem da massa laboral total)



Fonte: Cálculos da equipa com base na Base de Dados Socioeconómica da AfDB, acedida em 22 de outubro de 2026. Nota: Valores de 2025; as taxas para homens e mulheres representam a participação na força de trabalho masculina e feminina dos 15 aos 24 anos.

47. Os dados dos inquéritos a nível nacional confirmam que o desemprego persiste muito para além da transição da escola para o trabalho. Em todos os países para os quais existem dados desagregados por idade, o desemprego entre os jovens dos 25 aos 34 anos continua a ser substancial em comparação com o dos jovens dos 15 aos 24 anos: 40,5% contra 60,1% na África do Sul, 44,4% contra 54,0% em Eswatini e, no extremo inferior, 7,2% contra 10,8% na Zâmbia. Assim sendo, estes valores diferem das estimativas modeladas para 2025 apresentadas na figura 12 e na tabela 8.48. Nos dez países com dados disponíveis, a taxa de desemprego na faixa etária dos 25 aos 34 anos corresponde, em média, a cerca de 72% da taxa de desemprego na faixa etária dos 15 aos 24 anos, nunca descendo abaixo dos dois terços desta, o que demonstra que os jovens mais velhos continuam a enfrentar severas restrições no mercado de trabalho.

[16]Fonte: Cálculos da equipa com base na Base de Dados Socioeconómica do AfDB, acedida em 22 de outubro de 2026; taxa de emprego informal jovem, jovens empregados com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, último ano disponível para cada país.

48. De acordo com a definição da UA para a faixa etária dos 15 aos 35 anos, estima-se que 8,2 milhões de jovens nos onze Estados-membros da SRO-SA estavam desempregados em 2025 e 18,5 milhões não estavam a estudar, a trabalhar ou em formação (NEET), uma taxa NEET agregada de 24,7%, contra uma estimativa continental de 19,2% (quadro 9, anexo).[17]As taxas de jovens que não estudam, não trabalham e não estão em formação (NEET) são mais elevadas em Eswatini (37,1%), África do Sul (33,3%), Lesoto (31,1%) e Botswana (31,0%). Em conjunto, o elevado desemprego jovem, a desigualdade de género, a informalidade generalizada e as elevadas taxas de NEET apontam para uma restrição na procura de mão-de-obra, e não para um problema puramente de oferta. O desenvolvimento de competências continua a ser necessário, mas não pode, por si só, colmatar um défice de emprego enraizado na estrutura de produção.

5.2 Respostas governamentais: progressos no meio de persistentes restrições estruturais

49. Os governos da África Austral expandiram significativamente as suas respostas ao desemprego jovem na última década, com uma aceleração notável em 2025-2026, combinando estruturas regionais com programas nacionais de capacitação, empreendedorismo e, cada vez mais, criação direta de emprego. A escala da intervenção, no entanto, continua a ser consideravelmente inferior ao défice de emprego subjacente. A nível regional, o Quadro de Políticas de Emprego e Trabalho da SADC (2020-2030) e os Quadros de Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP) e de Qualificações da SADC visam coordenar as políticas de emprego e melhorar o reconhecimento transfronteiriço de qualificações; o Certificado Eletrónico do Quadro de Qualificações da SADC foi implementado no Botswana, Namíbia, África do Sul e Zâmbia.[18]

50. A África do Sul opera o maior portefólio de intervenções na sub-região. A Intervenção Presidencial para o Emprego Juvenil registou 5,9 milhões de jovens na plataforma SA Youth e facilitou mais de 2,5 milhões de oportunidades de emprego. O Fundo de Resultados para Impulsionar o Emprego (Jobs Boost Outcomes Fund), um projeto piloto de pagamento por desempenho de 300 milhões de reais, tinha inserido 7.044 jovens no mercado de trabalho até março de 2026, superando as metas, com uma proposta de expansão para mil milhões de reais, visando 20.000 colocações de qualidade. A Fase 5 do Serviço Nacional da Juventude (National Youth Service) tem como objetivo recrutar 100.000 jovens para o serviço comunitário remunerado, e um Fundo de Emprego para Jovens nas PMEs de 150 milhões de dólares, lançado em Agosto de 2026, muda o foco para as decisões de contratação dos empregadores, em vez de apenas preparar os candidatos a emprego.[19]

51. Os esforços de outros Estados-Membros estão também a ser reforçados. A Namíbia lançou um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Juventude, de 500 milhões de dólares namibianos em 2025; a Zâmbia está a implementar um Projeto de Emprego e

[17]Perspectivas do Emprego para a Juventude em África 2026, Anexo 5.1, juventude definida como indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos, estimativas para 2025.
[18]Secretariado da SADC, Documentação do Setor do Emprego e do Trabalho, 2025–2026.
[19]Presidência da República da África do Sul (Intervenção Presidencial para o Emprego Juvenil); Tesouro Nacional / Fundo de Emprego (Fundo para Impulsionar os Resultados do Emprego); Departamento do Emprego e Trabalho (Serviço Nacional de Juventude); Business Partners Limited, comunicado de imprensa, agosto de 2026 — relatório nacional de progresso, 2025–2026.

Empreendedorismo Juvenil de 7,4 milhões de euros, que chegará a mais de 20.100 jovens; e o Zimbabué aprovaram uma nova Política Nacional para a Juventude (2026-2030) que coloca os jovens NEET (nem estudam, nem trabalham) no centro das suas orientações.[20]Contudo, persistem limitações estruturais: os pequenos mercados internos restringem o crescimento empresarial na Namíbia e no Botswana, e a maioria dos programas nacionais ainda enfatiza a formação e a preparação para o trabalho — medidas que melhoram a empregabilidade individual, mas que, por si só, não conseguem gerar emprego suficiente onde a procura agregada de mão de obra permanece fraca. A questão central já não é se os governos estão a responder, mas sim se as suas intervenções conjuntas podem alterar a estrutura subjacente da procura de mão-de-obra.

5.3 Prioridades políticas

52. O desafio do emprego juvenil na África Austral não pode ser resolvido apenas através de medidas de empregabilidade. Quatro prioridades emergem da análise. Em primeiro lugar, os governos devem colocar a criação de emprego produtivo no centro da política económica e industrial, acelerando a transformação estrutural através de investimentos na manufatura intensiva em mão-de-obra, na agroindústria, nas energias renováveis e nos serviços de alta produtividade, inseridos em estratégias mais amplas de industrialização, infraestruturas, comércio e investimento privado, em vez de serem tratados como uma intervenção social isolada.

53. Em segundo lugar, as políticas de emprego devem prestar maior atenção à formalização do primeiro emprego, com um foco explícito nas disparidades de género documentadas anteriormente. Políticas que apoiem estágios formais, experiência profissional estruturada, incentivos à contratação por parte dos empregadores e acesso à segurança social podem reduzir o risco de o trabalho informal se tornar uma condição permanente, tanto para homens assim como para mulheres jovens.

54. Em terceiro lugar, a concepção do programa deve reflectir a faixa etária completa dos 15 aos 35 anos utilizada pela União Africana, pela SADC e pela maioria das políticas nacionais para a juventude, uma vez que o desemprego entre os jovens dos 25 aos 34 anos continua próximo das taxas de entrada no mercado de trabalho em várias economias, e restringir a elegibilidade a quem conclui o ensino secundário pode excluir um grande grupo que ainda enfrenta severas restrições no mercado de trabalho.

55. Por último, os sistemas de informação do mercado de trabalho devem ser reforçados, distinguindo mais claramente entre desemprego aberto, emprego informal, subemprego e inactividade, e apresentando relatórios consistentes sobre a faixa etária dos 15 aos 35 anos, em linha com o padrão da OIT para a faixa etária dos 15 aos 24 anos. Estas prioridades reforçam-se mutuamente: o objectivo mais vasto é passar de programas fragmentados para a juventude em direcção a uma estratégia integrada de emprego, coordenada entre as políticas industriais, de investimento, comerciais, educativas, de infra-estruturas e de protecção social, antes que a janela demográfica finita da África Austral se feche.

[20]Governo da Namíbia; Ministério da Juventude, Desporto e Artes da Zâmbia e documentação de projetos de parceiros de desenvolvimento; Governo do Zimbabué — anúncios de políticas nacionais, 2025–2026.

SECÇÃO 6: MENSAGENS PRINCIPAIS E RECOMENDAÇÕES

56. As principais mensagens que emergem da análise acima podem ser resumidas da seguinte forma:

- O crescimento mantém-se positivo, mas desigual e dependente das commodities.
- A desinflação, embora real, continua frágil, vulnerável a choques nos preços dos alimentos relacionados com o El Niño e a défices fiscais que podem reacender a inflação, afectando mais os membros mais pobres da sociedade.
- A sustentabilidade da dívida continua a ser uma preocupação macrofiscal considerável, com vários Estados a ultrapassar o limite regional e os custos do serviço da dívida a comprometerem as despesas de desenvolvimento.
- A industrialização e a transição energética estão a avançar, mas ainda são superficiais, com o valor acrescentado da indústria transformadora a representar apenas 5 a 15% do PIB e havendo o risco de exportar matérias-primas de engenharia, fabrico e transporte (CETMs) em vez de captar valor localmente.
- A integração comercial regional continua lenta, com várias economias ainda dependentes da África do Sul e um pequeno aumento das quotas de comércio intra-africano desde o início da AfCFTA em 2021.
- O desemprego jovem é sobretudo estrutural: o choque da COVID-19 agravou um pico cíclico, mas as taxas já eram elevadas antes da pandemia e têm-se mantido elevadas desde então.

57. Considerando estas conclusões, são apresentadas as seguintes recomendações:

- Os Estados-Membros devem prosseguir a consolidação orçamental, reforçar a gestão da dívida, preservar as reservas e acelerar as reformas que apoiam o investimento e a produtividade.
- O crescimento sustentável exige também reformas mais profundas, incluindo uma aceleração da diversificação económica, reduzindo a dependência das commodities através do conteúdo local e do processamento de matérias-primas locais, bem como investimentos na interligação energética e nas energias renováveis.
- Acelerar a implementação da AfCFTA e a diversificação do mercado para reduzir a dependência excessiva de um único parceiro comercial.
- Colocar a criação de emprego produtivo – e não apenas a formação – no centro das políticas industriais e comerciais, com base em dados laborais desagregados por género.

58. Com base nestas recomendações, os participantes podem considerar as seguintes questões:

- Para combater o baixo crescimento económico estrutural na África Austral, o que pode ser feito para enfrentar as profundas vulnerabilidades na industrialização, nas infraestruturas e na coordenação de políticas? Neste sentido, como podem os Estados-Membros acelerar a diversificação e a transformação até 2026-2027 sem comprometer os ganhos fiscais e de endividamento?
- Como é que as políticas monetárias equilibram as metas de baixa inflação com a necessidade de crescimento que crie emprego?
- Que medidas são necessárias para converter a crescente procura de CETM em transformação local, em vez de exportação de matéria-prima?

- O que aceleraria a diversificação comercial e reduziria a dependência de um único parceiro comercial no âmbito da AfCFTA?
- Como devem as estratégias nacionais para a juventude abordar as restrições da procura de mão-de-obra, e qual o papel que devem as estruturas políticas regionais desempenhar?

Anexo

Referências

1. Banco Africano de Desenvolvimento. Base de Dados Socioeconómica (1960–2026). Abidjan: Banco Africano de Desenvolvimento.
2. Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (2026a) African Economic Perspectives 2026. Abidjan: Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento.
3. Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (2026b) Perspectivas Económicas da África Austral 2026: Mobilizar o Financiamento para o Desenvolvimento da África Austral em Grande Escala num Mundo Fragmentado. Abidjan: Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento.
4. Integridade Financeira Global (2026) Fluxos financeiros ilícitos relacionados com o comércio em África, 2013–2022. Washington, DC: Integridade Financeira Global.
5. Fundo Monetário Internacional (2026) Base de Dados de Perspetivas da Economia Mundial, abril de 2026. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.
6. Padilla, AJ, Otarod, D., Deloach-Overton, SW, Kemna, RF, Freeman, PA, Wolfe, ER, Bird, LR, Gulley, AL, Trippi, MH, Dicken, CL, Hammarstrom, JM e Brioche, AS, 2021, Compilação de Dados Geoespaciais (SIG) para as Indústrias Minerais e Infraestrutura Relacionada de África: Divulgação de dados do Serviço Geológico dos EUA.https://doi.org/10.5066/P97EQWXP.
7. Estados-membros da SADC, institutos nacionais de estatística e bancos centrais. Diversos dados macroeconómicos e fiscais, 2019–2026.
8. UNCTAD (2025). Atualização sobre o Comércio Global. Análises de Políticas: A incerteza em relação à política comercial paira sobre os mercados globais. Setembro de 2025. Nações Unidas. Genebra.
9. UNCTAD (2026). Global Trade Update, julho/agosto de 2026. Nações Unidas. Genebra.
10. Banco Mundial (2025) Estatísticas da Dívida Internacional 2025. Washington, DC: Banco Mundial.
11. OMC (2026). Perspetivas e Estatísticas do Comércio Global - Março de 2026. Organização Mundial do Comércio. Genebra.

Tabela 1: Desempenho em relação aos Critérios de Convergência Macroeconómica

País	2024				2025				2026 (Projeção)				Critérios cumpridos			2024			2025			2026 (Projeção)			Critérios cumpridos		
	Inflação (3-7%)	Défice orçamental (3% do PIB)	Dívida pública (60% do PIB)	PIB real (7%)	Inflação (3-7%)	Défice orçamental (3% do PIB)	Dívida pública (60% do PIB)	PIB real (7%)	Inflação (3-7%)	Défice orçamental (3% do PIB)	Dívida pública (60% do PIB)	PIB real (7%)	2024	2025	2026	Défice da balança corrente (<3%)	Crédito CB (menos de 5% das receitas)	Reservas externas (> cobrem 6 meses de importações)	Défice da balança corrente (<3%)	Crédito CB (menos de 5% das receitas)	Reservas externas (> cobrem 6 meses de importações)	Défice da balança corrente (<3%)	Crédito CB (menos de 5% das receitas)	Reservas externas (> cobrem 6 meses de importações)	2024	2025	2026
Angola	28.2	-1,2	55.1	4.3	20,4	-4,4	47.1	3	11.8	-2,8	45,3	4.2	1	2	1	5.4	7.4	8.3	1.1	8,5	7,8	0,3	10	7.6	1	2	2
Botsuana	2.8	-4,2	22,7	-2,8	2.7	-7,3	28	-0,7	5.3	-9,3	33,8	3.1	3	2	2	-4,5	0	6.1	3.6	4.6	6.2	3.2	4.1	6.7	3	2	2
RDC	17,9	-2,9	20,9	6.1	7,8	-2,8	18,9	5,8	3,5	-3,6	20,5	5.6	3	2	2	-4,1	0	3.3	-3,8	0	3	-1,7	0	4	2	2	2
Eswatini	4	-2,6	40,9	3	3.1	-5,4	45,6	5.6	4	-5,5	47,2	5.2	3	3	2	2.1	10.6	2.6	1.6	10	2.7	3.4	11,5	2.7	1	1	0
Lesoto	6.1	7.3	55,6	5.2	4.3	15,6	53,8	1	4,7			1.3	1	3		4	0	5,5	4	0	5.4	1.8	0	5.4	2	2	2
Madagáscar	7.6	-2,8	35,9	4.3	8	-2,4	34,7	3.4	8.1	-4,8	35,6	3,8	1	2	2	-5,3	1.7	6.2	-6,1	0	6,9	-7,4	0	7.3	2	2	2
Malawi	32,3	-11.1	88,7	1.7	28,4	-10,7	98,3	2.7	22.2	-9		3,8	0	0	0	-15	48,9	0,6	-13,5	31,7	0,5	-10,5	31,7	1	0	0	0
Maurício	3.6	-5,7	74	4,9	3.7	-9,3	79,6	3.2	3.6	-4,9	78,4	3	1	1	1	-6,4	11.9	12	-7,1	0	14.1	-7,1	0	14.3	1	2	2
Moçambique	3.2	-4,9	71,8	2.1	4.4	-1,6	69,7	-0,5	3.7	-0,4	65,5	2.8	1	1	2	-11,3	9,8	4	-13,2	10	3.7	-13,2	10	3.7	0	0	0
Namíbia	4.2	-4	67,3	3.7	3,5	-6	67,5	3	3,5	-4,7	67,4	3,8	2	1	1	-14,9	0	4.2	-13,1	0	3.3	-12,7	0	3.7	1	1	1
Seicheles	0,3	0,9	58,3	3.4	0,3	0,1	53,4	5.1	2.6	-1,3	57,2	1,5	3	3	3	-8,1	0	4	-6,5	0	4.4	-7,8	0	3.7	1	1	1
África do Sul	4.4	-4,6	77	0,5	3.2	-4,5	78,9	1.1	3.7	-3,7	77,3	1.4	1	1	1	-0,7	0	5,5	-0,5	0	5.7	-0,4	0	5,5	2	2	3
Tanzânia	3.1	-3,1	46,3	5,5	3.3	-3	49	6	3-5%	-3		6.3	2	2	2	-2,6	0	4,5	-2,2	0	4,9	-2	0	4,9	2	2	3
Zâmbia	15	-3,5	104	3,8	14	-3,4	94	3,8	6,9	-2,1	78,3	6.4	0	0	0	-3	0	4.6	-3,3	0	4,8	-4,1	0	4,8	2	1	1
Zimbábue	n / D	0,4	58,3	1.7	15	-0,3	53,6	8,5	4.1	-1,1	50,4	5	0	2	2	1.1	0	0,6	4	0	0,6	4.4	0	1.6	2	1	1
MÉDIA DA SADC	9,5	-2,8	58,5	3.2	8.1	-3	58.1	3.4	6.3	-4	54,7	3,8				-4,2	6	4,8	-3,7	4.3	5	-3,6	4,5	5.1			
Nº de Contagem. Critérios de Atendimento	9	7	9	0	9	7	9	1	11	6	7	0				7	10	4	7	11	4	8	11	4			

Fonte: Estados-Membros da SADC (SADC_Macro_Data. xlsx).

Tabela 2: Serviço Total da Dívida[21]— África Austral, 2023–2026

Juros e amortizações pagos, percentagem das exportações de bens e serviços.

País	2023	2024	2025	2026
Angola	29,9	28.1	28,4	**26,7**
Botsuana	16,7	27.2	33.2	26.3
Eswatini	14.1	14.4	14.1	13.7
Lesoto	7.4	10,5	**6,8**	**7.4**
Malawi	18.2	11.7	**64.1**	20.1
Maurício	7.6	3.2	3.2	3.2
Moçambique	15,4	14.6	24,3	25,9
Namíbia	96,3	88,3	**77,8**	**73,0**
África do Sul	41,5	41,6	**39,4**	**36,5**
Zâmbia	30,5	24,6	20,9	21.1
Média ponderada pelo PIB da África Austral	**36,6**	**36.1**	**35,9**	**32,8**

Fonte: Base de Dados Socioeconómica do AfDB. Média ponderada pelo PIB calculada utilizando o PIB nominal de cada país (Base de Dados de Perspetivas da Economia Mundial do FMI).
Abril de 2026) como pesos.

Tabela 3: Principais taxas de juro de política monetária dos bancos centrais

Percentagem (%), 2021-2026

	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Angola	20.0	19,5	18.0	19,5	18,5	17.0
Botsuana	3,8	2.7	2.4	1.9	3,5	5,5
Lesoto	8.4	10,5	11.3	11.0	8,7	6,8
Malawi	12.0	18.0	24.0	26.0	26.0	24.0
Maurício	1.9	4,5	4,5	4.0	4,5	4,8
Moçambique	13.3	17.3	17.3	12,8	9,5	9.3
Namíbia	3,8	6,8	7,8	7.0	6,5	6,8
África do Sul	3,8	7.0	8.3	7,8	6,8	7.0
Eswatini	3,8	6,5	7,5	7.0	6,8	6,8
Zâmbia	9.0	9.0	11.0	14.0	14.3	13.3
Zimbábue	60,0	200,0	130,0	35,0	35,0	30,0

Fonte: Focus Economics, 2026

[21] *Os números vermelhos indicam os 3 países com o maior encargo do serviço da dívida em 2025 e 2026.*

Tabela 4: Exportações e importações de bens para o mundo, África e grupos regionais selecionados – 2019 a 2025

Indicator	Merchandise exports by product group – annual (Million US dollar)								
Reporting Economy	Product/Sector	Partner Economy	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
World	Total merchandise	**World**	19007848	17647761	22289900	24915152	23902571	24501199	26257217
Africa	Total merchandise	**World**	481307	396230	560355	662187	618915	627905	689081
Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)	Total merchandise	**World**	1423333	1386144	1724718	1959974	1818171	1941987	2191660
Caribbean Community (CARICOM)	Total merchandise	**World**	15395	13638	19375	32402	28278	33641	32286
Central African Economic and Monetary Community (CAEMC)	Total merchandise	**World**	25378	20172	26565	36172	35020	33822	31055
Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA)	Total merchandise	**World**	128645	105353	161905	179990	179198	185313	208945
ECCAS (Economic Community of Central African States)	Total merchandise	**World**	75626	58120	84164	105460	104952	106378	98467
South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC)	Total merchandise	**World**	401813	344612	483990	551862	519280	538588	542054
Southern African Development Community (SADC)	Total merchandise	**World**	179205	160064	229640	247727	232551	235869	243738

Indicator	Merchandise imports by product group – annual (Million US dollar)								
Reporting Economy	Product/Sector	Partner Economy	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
World	Total merchandise	**World**	19323187	17874072	22572753	25673989	24298912	24832983	26607556
Africa	Total merchandise	**World**	589714	491415	616200	739770	717855	721071	788889
Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)	Total merchandise	**World**	1388934	1270320	1623453	1877436	1715952	1871568	2093620
Caribbean Community (CARICOM)	Total merchandise	**World**	31671	24081	30965	34805	40945	39933	43536
Central African Economic and Monetary Community (CAEMC)	Total merchandise	**World**	17337	14552	16823	19482	21207	21613	25773
Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA)	Total merchandise	**World**	205259	178508	217250	261181	260938	271489	302843
ECCAS (Economic Community of Central African States)	Total merchandise	**World**	44253	35249	40176	54613	69043	69415	75279
South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC)	Total merchandise	**World**	638407	507029	771513	920742	828325	885309	933986
Southern African Development Community (SADC)	Total merchandise	**World**	189655	152163	198723	247261	248672	245010	254960

Fonte: Portal de Estatísticas da OMC (consultado em 14/09/2026).

Quadro 5. Crescimento das exportações de bens em valor – COMESA e SADC - 2025

Indicator	**Merchandise exports by product group – annual (Million US dollar)**				
Reporting Economy	**Product/Sector**	**Partner Economy**	**2024**	**2025**	**% change**
Africa	Total merchandise	World	627905	689081	9.74
Angola	Total merchandise	World	39250	32492	-17.22
Botswana	Total merchandise	World	4665	5119	9.73
Burundi	Total merchandise	World	175	332	89.71
Comoros	Total merchandise	World	30	48	60.00
Democratic Republic of the Congo	Total merchandise	World	29900	32100	7.36
Djibouti	Total merchandise	World	5169	6090	17.82
Egypt	Total merchandise	World	42247	51403	21.67
Eritrea	Total merchandise	World	573	631	10.12
Eswatini	Total merchandise	World	2327	2370	1.85
Ethiopia	Total merchandise	World	5472	7585	38.61
Kenya	Total merchandise	World	8237	8601	4.42
Lesotho	Total merchandise	World	991	773	-22.00
Libya	Total merchandise	World	30191	30085	-0.35
Madagascar	Total merchandise	World	2582	2498	-3.25
Malawi	Total merchandise	World	958	947	-1.15
Mauritius	Total merchandise	World	2368	2342	-1.10
Mozambique	Total merchandise	World	8211	8100	-1.35
Namibia	Total merchandise	World	6544	7024	7.33
Rwanda	Total merchandise	World	3201	2450	-23.46
Seychelles	Total merchandise	World	557	550	-1.26
Somalia	Total merchandise	World	1473	1300	-11.74
South Africa	Total merchandise	World	110076	116399	5.74
Sudan	Total merchandise	World	3134	2800	-10.66
Tanzania	Total merchandise	World	8702	9956	14.41
Tunisia	Total merchandise	World	19972	21293	6.61
Uganda	Total merchandise	World	8039	12500	55.49
Zambia	Total merchandise	World	11276	13314	18.07
Zimbabwe	Total merchandise	World	7432	9707	30.61

FontePortal de Estatísticas da OMC (consultado em 14/09/2026)

Quadro 6. Participação do comércio intra-africano na África Austral - 2025

	Share of trade to Africa	Share of African exports to South Africa	Share of African Imports from South Africa
Angola	13.9	54.2	48.8
Botswana	52.4	79.0	79.0
Eswatini	85.2	69.5	95.0
Lesotho	73.0	96.6	97.7
Malawi	34.7	15.6	47.3
Mauritius	16.7	37.1	54.4
Mozambique	33.2	49.5	49.6
Namibia	50.3	42.3	84.3
South Africa	18.5	..	..
Zambia	30.9	9.5	66.8
Zimbabwe	35.4	76.9	79.9

Fonte: UNCTADstats (acedido em 14/09/2026). O comércio intra-africano para cada país é calculado como a soma das exportações e importações para África dividido pela soma das exportações e importações para o mundo.

Tabela 7:

a. Participação das exportações intra-africanas na África Austral – 1995 a 2025

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Angola	0.45	1.46	0.89	0.32	0.79	0.16	0.14	0.40	0.33	3.33	2.57	2.27	5.32	4.44	5.72	4.41	3.86	6.61	5.41	3.42	5.16	5.52	5.18	3.90	2.05	1.48	3.01	2.14	3.80	4.24	3.98
Botswana	10.83	10.66	11.42	10.40	10.17	11.63	7.59	10.65	8.74	10.80	12.39	11.92	18.51	26.13	27.53	21.23	14.81	16.16	21.79	19.71	23.27	19.96	13.16	14.44	14.27	15.06	12.03	12.86	13.08	12.86	12.98
Eswatini	53.38	53.46	53.39	53.29	53.69	65.75	65.37	59.91	39.53	55.53	36.06	62.28	61.80	60.89	58.48	67.94	74.08	74.22	70.04	73.27	82.88	86.06	86.16	86.13	87.79	86.61	84.75	90.28	88.47	89.35	88.93
Lesotho	16.89	16.80	16.55	17.31	16.54	4.18	41.05	25.54	13.42	61.37	24.35	15.94	22.36	26.93	35.28	44.34	36.34	39.45	43.46	25.36	30.64	43.06	35.82	32.24	34.47	33.98	38.42	38.54	38.24	45.28	42.10
Malawi	8.57	13.99	12.46	8.24	13.29	25.29	35.86	32.22	36.98	39.80	34.12	37.65	39.95	26.75	32.51	31.55	38.31	26.33	26.36	37.81	38.61	35.87	29.16	33.32	36.44	34.67	37.72	41.96	38.10	33.59	35.03
Mauritius	4.60	3.83	4.09	4.30	4.37	7.76	9.42	7.04	8.04	9.36	10.98	10.60	13.07	14.73	20.55	21.85	22.88	23.98	22.40	22.37	30.45	29.58	28.67	35.25	33.60	33.59	36.06	39.61	34.59	36.09	30.94
Mozambique	26.13	22.05	29.65	30.15	32.52	41.15	22.41	23.35	21.82	16.62	19.73	18.57	24.20	26.07	34.01	25.70	31.71	34.98	34.46	26.23	28.54	28.40	23.45	26.27	24.00	26.72	21.11	17.49	18.38	20.21	17.82
Namibia	25.70	25.87	25.97	25.26	26.37	32.49	31.29	34.93	48.04	30.45	33.45	27.75	34.15	41.51	50.17	38.14	37.06	42.93	56.15	48.10	56.66	45.06	45.87	35.08	42.59	40.16	41.17	47.05	48.07	47.08	47.53
South Africa	19.74	19.86	19.72	19.64	20.23	15.19	15.54	18.01	16.04	14.74	15.28	14.58	14.79	16.95	19.54	28.26	24.70	27.99	28.80	29.78	29.44	28.34	26.35	26.57	26.63	23.30	21.33	24.68	26.83	28.32	26.76
Zambia	8.16	13.29	8.35	16.74	14.18	31.49	29.05	34.97	35.84	36.35	29.25	23.79	26.11	30.95	24.74	20.88	22.77	26.78	28.05	22.32	23.48	22.32	19.83	24.67	22.95	23.52	20.89	19.63	23.56	22.45	16.54
Zimbabwe	28.01	28.52	27.77	28.87	26.13	28.84	23.50	32.40	33.42	40.24	48.16	54.62	57.59	54.35	47.59	43.90	48.14	51.84	55.10	49.43	55.06	57.06	47.91	39.84	39.35	41.70	34.56	27.70	24.20	20.74	18.73

b. Participação das importações intra-africanas na África Austral – 1995 a 2025

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Angola	9.32	19.44	9.00	10.83	10.06	16.09	12.25	16.18	15.71	13.56	10.05	9.89	10.06	8.29	13.51	12.24	12.15	10.12	9.91	8.48	11.18	11.82	11.10	11.04	9.34	7.95	8.23	6.42	8.47	6.73	6.42
Botswana	72.71	73.20	72.61	72.33	74.64	81.81	82.88	88.08	89.16	86.56	87.38	89.09	86.04	81.78	80.29	78.47	73.93	76.96	76.21	79.46	80.75	78.58	76.25	76.25	72.09	68.21	67.30	76.66	81.12	84.73	83.02
Eswatini	78.97	78.65	79.89	78.38	77.69	91.63	83.58	84.87	83.61	88.75	86.71	84.59	84.51	88.61	83.75	86.08	84.96	89.06	89.05	87.99	83.58	79.45	82.28	80.23	80.32	79.81	80.35	80.14	81.15	80.64	80.89
Lesotho	74.37	73.90	74.02	75.21	72.47	85.61	89.59	74.52	80.57	76.25	88.75	85.48	87.43	80.18	86.44	80.05	91.88	87.09	79.93	82.03	79.46	80.88	78.10	82.99	82.05	79.07	82.33	87.00	85.31	86.06	85.70
Malawi	52.23	67.13	67.19	68.36	62.03	61.88	60.99	60.05	60.68	60.07	63.42	59.94	54.80	57.58	57.24	48.52	44.80	42.83	45.07	42.54	33.93	33.27	31.66	33.37	30.22	34.06	33.06	36.50	36.99	38.43	34.56
Mauritius	3.85	3.15	3.34	3.93	2.94	18.64	18.20	17.76	16.99	15.31	11.97	11.10	11.47	12.71	12.37	12.35	11.37	10.63	10.61	10.64	11.76	13.39	14.17	13.52	12.75	11.94	12.16	13.51	12.68	12.52	11.90
Mozambique	53.76	55.96	57.50	50.73	55.63	57.85	54.74	45.56	48.48	47.61	45.52	41.90	41.79	34.48	40.09	38.43	35.02	33.22	30.60	31.50	30.46	34.41	36.12	35.31	34.40	36.37	33.27	31.96	38.86	46.08	46.79
Namibia	64.13	64.22	64.19	63.98	64.49	79.01	80.12	79.98	82.39	85.72	83.29	81.35	78.43	70.36	73.38	73.77	75.38	74.34	69.81	65.57	74.15	72.82	70.14	68.90	68.50	69.50	69.11	57.00	51.18	53.95	52.70
South Africa	2.66	2.73	2.61	2.64	2.95	2.23	2.74	3.88	3.78	4.23	4.60	6.90	7.23	8.57	7.45	10.01	9.65	11.93	11.82	13.31	10.78	10.74	10.29	12.34	11.71	9.93	9.80	9.04	8.80	10.56	9.32
Zambia	47.57	53.18	53.79	54.96	61.07	74.45	70.30	69.97	67.93	61.86	63.95	61.65	59.48	60.60	61.82	60.31	58.59	55.21	58.89	60.15	61.14	60.86	55.11	54.05	49.28	54.26	54.41	49.91	47.24	47.62	45.43
Zimbabwe	50.91	50.33	50.77	48.43	52.75	56.19	63.83	66.94	68.24	63.77	57.69	64.94	61.67	62.46	63.79	58.46	57.77	59.73	57.53	56.47	54.44	58.37	55.40	54.50	55.35	55.31	55.53	55.04	52.87	55.33	51.41

Fonte: UNCTADstats (consultado em 15/09/2026)

Tabela 8: Taxa de desemprego jovem, idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos (% do total da força de trabalho), 2025

País	15–24 todos	15–24 homens	15–24 mulheres
Angola	27.23	27,77	26,67
Botsuana	46,00	41,27	51,71
Lesoto	24,67	18.14	37,14
Malawi	6,95	6,62	7.31
Maurício	17,37	15,48	19,68
Moçambique	11,61	11,90	11.31
Namíbia	38,05	36,87	39,53
África do Sul	59,93	56,52	64,05
Eswatini	54,33	50,87	57,73
Zâmbia	10,47	10,77	10.13
Zimbábue	15,55	15,00	16.22

Fonte:

Cálculos da equipa com base na Base de Dados Socioeconómicas do AfDB, acedida em 22 de outubro de 2026. Nota: As taxas para homens e mulheres representam as percentagens da força de trabalho jovem masculina e feminina, respetivamente.

Tabela 9: Situação dos jovens (15-35 anos) no mercado de trabalho nos Estados-Membros da UNECA na África Austral, 2025 (em milhares)

País	Empregado	Inativo	Estudante	Desempregado	Juventude total	% de empregados	NEET (inactivo + desempregado)	NEET %
Angola	7.503,7	1.138,1	2.905,7	1.594,3	13.141,8	57,1%	2.732,4	20,8%
Botsuana	444,6	125,4	233,6	179,2	982,8	45,2%	304,6	31,0%
Eswatini	138,8	91,0	158,3	83,9	472,0	29,4%	174,9	37,1%
Lesoto	388,2	191,1	222,4	84,1	885,8	43,8%	275,2	31,1%
Malawi	4.489,8	1.248,0	2.192,7	264,8	8.195,3	54,8%	1.512,8	18,5%
Maurício	225,2	35.1	112,2	19,6	392,1	57,4%	54,7	14,0%
Moçambique	8.780,3	1.294,9	1.854,1	756,4	12.685,7	69,2%	2.051,3	16,2%
Namíbia	398,9	130,3	339,3	114,7	983,2	40,6%	245,0	24,9%
África do Sul	7.775,9	3.191,8	7.497,6	4.426,3	22.891,6	34,0%	7.618,1	33,3%
Zâmbia	4.000,5	1.626,0	1.977,2	296,9	7.900,6	50,6%	1.922,9	24,3%
Zimbábue	3.478,5	1.170,4	1.165,0	423,0	6.236,9	55,8%	1.593,4	25,5%
África Austral	**37.624,4**	**10.242,1**	**18.658,1**	**8.243,2**	**74.767,8**	**50,3%**	**18.485,3**	**24,7%**
África (continente)	**304.000**	**79.000**	**126.000**	**23.000**	**532.000**	**57,1%**	**102.000**	**19,2%**
África Austral como parte da África	**12,4%**	**13,0%**	**14,8%**	**35,8%**	**14,1%**		**18,1%**	

Fonte: Perspectivas do Emprego para a Juventude Africana 2026 (World Data Lab / Mastercard Foundation / UCT DPRU), Anexo 5.1; cálculos do autor. Notas: Total, % de Empregados, NEET e % de NEET são calculados a partir das colunas publicadas. NEET = inativos + desempregados, de acordo com a definição do relatório. A linha África utiliza os dados continentais do relatório (Figura 15), arredondados para o milhão mais próximo; não se trata da soma desses países. A juventude refere-se à faixa etária dos 15 aos 35 anos (definição da União Africana).